



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

CONTRAFÉ 000002

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA
DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, a quem
esta restar por distribuição.

URGENTE - PEDIDO DE LIMINAR

VIAÇÃO PIONEIRA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o
nº 05.830.982/0001-621, com sede no SGCV Sul, Lote 18,
Brasília/DF, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., por seus
advogados ao final subscritos (*doc. 01*), propor a presente **AÇÃO
DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PELO RITO ORDINÁRIO**
contra o **Governo do Distrito Federal**, pessoa jurídica de direito
público, com sede no Palácio do Buriti - Brasília - DF, e também
em face do **DFTRANS - Transportes Urbanos do Distrito
Federal**, autarquia distrital com sede em Brasília - DF, no SAIN -
Estação Rodoviária - Ala Sul - Sobreloja, o que passa a fazer com
base nos fundamentos adiante destacados:

I - BREVE SÍNTESE

O Distrito Federal, primeiro Réu, celebrou com a Autora o
contrato de concessão para prestação de serviços públicos de transporte
urbano, nele figurando como Poder Concedente, cabendo-lhe, portanto, dar
fiel cumprimento às disposições inseridas no instrumento contratual, bem



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

2000004

assim às normas legais e regulamentares que disciplinam a concessão outorgada à Autora.

Já o segundo Réu, DFTRANS, é a autarquia responsável pela gestão do transporte coletivo urbano no Distrito Federal, competindo-lhe repassar às concessionárias o montante correspondente à remuneração ajustada nos contratos de concessão, dentre outras atividades.

Lamentavelmente, as normas legais e contratuais que disciplinam a remuneração da Autora vêm sendo descumpridas pelo Distrito Federal e pelo DFTRANS, razão pela qual a Autora se vê obrigada a ajuizar a presente ação.

Ora, conforme informado, a Autora participou e se sagrou vencedora da Bacia nr. 02 da Concorrência Pública nº 01/2011 deflagrada pelo Governo do Distrito Federal – GDF que visava a seleção de empresas para “concessão do Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF”.

Em decorrência disso, assinou o Contrato de Concessão nº 01/2012 (*doc. 02*), dando início à programação dos investimentos necessários para o início da operação dos serviços, o que se daria no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no item 8.2 do edital.

Para o cumprimento do Contrato, a Autora teve que adquirir 625 ônibus novos, além de ter realizado vultosos investimentos na compra de imóveis/garagens e equipamentos, tecnologia/informática e outros mais, investimentos estes que foram superiores a R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), isto sem falar na contratação de 2.419 trabalhadores, ou seja, a Autora cumpriu rigorosamente com todas as cláusulas contratuais, tendo implementado em dia o novo Sistema de Transportes.

Diga-se, por importante, que toda a estruturação do plano de investimentos para operação dos serviços foi realizada com base no fluxo de caixa da concessão, elemento este adotado como



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

3
000005

premissa para formulação da proposta financeira em conformidade com as diretrizes expressamente fixadas no Edital.

Contudo, tão logo esta autora procedeu à assinatura do instrumento contratual, passou o GDF a não responder pelos riscos que assumiu no contrato e ainda a impor uma série de condições e obrigações não estabelecidas originalmente em contrato, que acabaram, por conseguinte, por desvirtuar por completo toda a estruturação financeira (que originou a proposta) sobre a qual se lastreou a formação do vínculo contratual.

Tais condições e obrigações, em breve síntese, foram basicamente as seguintes:

- (i) A não realização da demanda de passageiros estimada no edital da Concorrência nº 01/2011-ST (cerca de 35% a menos da demanda contratada e garantida no Edital);
- (ii) Aumento do Percurso Médio Mensal – PMM em aproximadamente 35% da quilometragem contratada no Edital;
- (iii) Aumento do preço do diesel e pessoal, entre outros insumos, sem o consequente aumento da tarifa;
- (iv) Alterações na composição da frota, que resultou na compra de ônibus mais equipados e, conseqüentemente, de valores bem mais elevados do que os previstos no Edital;

Como se não bastasse o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, as Rés vêm atrasando ainda os pagamentos diários das tarifas relativas aos passageiros efetivamente transportados pela Autora, demonstrando TOTAL INADIMPLÊNCIA em relação às suas obrigações contratuais mais básicas, fato este que, se perdurar, certamente levará a Autora à bancarrota, com prejuízos aos próprios usuários do transporte público do Distrito Federal.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

4

000000

Éis, portanto, a primordial razão da presente ação, qual seja, a de compelir que as Rés cumpram no mínimo com suas obrigações de repasses diários, sem os quais a Autora certamente não terá como prosseguir com a prestação de serviços avençada. Senão, vejamos:

II - DA FORMA E PERIODICIDADE DA REMUNERAÇÃO DA AUTORA

MM. Juiz, conforme exposto, a Autora sagrou-se vencedora da licitação que antecedeu a celebração do contrato de concessão, realizada sob a modalidade da menor tarifa apresentada.

O valor oferecido pela licitante vencedora no processo licitatório corresponde à tarifa técnica, a qual "*servirá de parâmetro para a remuneração da concessão e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro*", conforme definição constante do contrato de concessão. Não necessariamente esse mesmo valor será cobrado dos usuários do serviço, que pagam a tarifa usuário em montante a ser estabelecido pelo Governador do Distrito Federal.

Seja qual for o valor da tarifa usuário, a remuneração da concessionária é calculada com base na tarifa técnica por ela proposta no processo licitatório, conforme estabelece a cláusula XV.2 do contrato de concessão, assim redigida:

"A remuneração da concessionária corresponderá ao valor de sua tarifa técnica, devidamente atualizado conforme as hipóteses de reajuste e revisão previstas neste contrato de concessão, multiplicado pelo número de passageiros pagantes transportados por ela".

Vale assim dizer que a Autora é remunerada pelos passageiros pagantes que efetivamente transporta em seus veículos, recebendo por cada qual o valor da tarifa técnica que foi definido no processo licitatório, "*parâmetro para a remuneração da concessão e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato*", como visto acima.

Sendo assim, o pagamento da tarifa é efetuado pelos usuários de duas formas: com dinheiro ou com a utilização do cartão eletrônico.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

5

0000007

pagamento em dinheiro é efetuado diretamente no ônibus e o volume arrecadado diariamente fica com a concessionária, compondo parte de sua remuneração. É o que dispõe a cláusula XV.2.1 do contrato de concessão:

"A receita decorrente do pagamento de tarifa usuário em espécie, auferidas diretamente pela concessionária nos seus ônibus e, quando houver, nos terminais e estações de transbordo inerentes ao seu Lote, permanecerão em seu domínio a título de pagamento antecipado".

Mas apenas 43,8% dos passageiros pagantes efetuam o pagamento da tarifa com dinheiro, enquanto a grande maioria dos usuários – 56,2% dos passageiros pagantes – utiliza o cartão eletrônico, ao qual se aplica sistemática bastante diversa.

De fato, o cartão eletrônico não é comercializado pelas concessionárias do serviço de transporte coletivo urbano, mas sim pelo segundo Réu, DFTRANS, entidade gestora do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA conforme previsto no art. 4º, inciso V do Decreto Distrital nº 31.311/2010.

O dinheiro arrecadado pelo DFTRANS com a venda dos cartões eletrônicos e com o seu carregamento com créditos fica depositado numa conta bancária que é movimentada apenas pela Câmara de Compensação de Receitas e Créditos do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal – CCRC, órgão que integra a estrutura do DFTRANS e ao qual compete *"a repartição das receitas arrecadadas entre os operadores"*, nos termos do art. 6º do Decreto Distrital nº 31.083/2009. Dito de modo mais simples: o dinheiro é arrecadado pelo DFTRANS e depois repassado à concessionária, à medida que os cartões eletrônicos são efetivamente utilizados pelos usuários. Juntamente com o dinheiro dos cartões eletrônicos, o DFTRANS repassa à concessionária o montante correspondente ao subsídio criado pela Lei Distrital nº 4.582/2011 (portadores de necessidades especiais) e pela Lei Distrital nº 4.583/2011 (estudantes), assim completando a remuneração estabelecida no contrato de concessão, conforme dispõe sua cláusula XV.2.2:

"Os valores oriundos do repasse do subsídio e do pagamento da tarifa usuário por meio de comercialização de créditos eletrônicos, bem como as eventuais receitas acessórias, serão consolidados na Conta de Compensação, sendo repassados diariamente à concessionária, na forma e na periodicidade



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

6

000008

definidas no Decreto Distrital 33.559, de 1º de março de 2012 (Anexo II do Edital), em montante que, acrescido das receitas em espécie auferidas diretamente pela concessionária, totalize o valor de sua tarifa técnica multiplicado pelos passageiros pagantes transportados por ela no mesmo período”.

Ou seja, ao dinheiro recebido diretamente pela concessionária nos ônibus é somado diariamente o valor dos créditos eletrônicos e dos passageiros subsidiados, de modo que a arrecadação da concessionária corresponda ao “valor de sua tarifa técnica multiplicado pelos passageiros pagantes transportados”.

Ou ainda, em outras palavras: a remuneração da concessionária é a soma i) do valor por ela arrecadado em espécie com ii) o valor a ela repassado pelo DFTRANS. A primeira parcela corresponde a apenas 43,8% da arrecadação da Autora, o que revela a importância da segunda parcela para a viabilidade econômica da concessão.

Como indica claramente a cláusula contratual acima transcrita, os repasses a serem efetuados à Autora pelo DFTRANS devem ocorrer “diariamente”, observando-se o disposto no Decreto Distrital nº 33.559/2012, que disciplina de modo detalhado o procedimento a ser observado. Confira-se:

Art. 4º. A consolidação dos repasses e pagamentos da remuneração dos delegatários do serviço básico rodoviário do STPC/DF obedecerá ao seguinte procedimento:

- I – observadas as disposições da Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, a entidade gestora [DFTRANS] identificará, diariamente, junto aos registros do sistema de bilhetagem automática, o número de passageiros pagantes transportados pelo delegatário no dia anterior;*
- II – os montantes levantados na forma do inciso anterior serão multiplicados pelo valor atualizado da tarifa técnica do respectivo delegatário, definindo o produto da remuneração que lhe será devida, a ser repassada diariamente;*
- III – os valores em espécie, arrecadados pelo delegatário por meio da cobrança de tarifa nos ônibus e, quando houver, nos terminais e estações de transbordo do Sistema, no dia de referência para o cálculo de remuneração definido no inciso anterior, permanecerão em sua posse, a título de pagamento antecipado;*
- IV – o saldo de remuneração devido a cada delegatário, após a dedução das receitas arrecadadas em espécie, será repassado diariamente, considerando a remuneração calculada para o dia imediatamente anterior, com recursos oriundos*



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria

Márcio Américo Martins da Silva

Hernando Camargo Jr.

Wanderley Gregoriano de Castro Filho

7
000000

da comercialização de créditos de viagem, do repasse orçamentário de verbas para custeio das gratuidades e benefícios tarifários e de eventuais receitas acessórias.

V - os levantamentos, as consolidações e repasses de remuneração de serviços prestados em sábados, domingos e feriados serão realizados no primeiro dia útil subsequente.

Eis aí de modo claro e preciso o procedimento legal a ser adotado pelo segundo Réu DFTRANS no repasse diário de receitas à Autora, o qual pode ser resumido em três passos:

- Passo 1: levantamento do número de passageiros pagantes no dia D, o que é feito por meio eletrônico "junto ao sistema de bilhetagem eletrônica" mantido pelo DFTRANS, que recolhe e consolida diariamente, também por meio eletrônico, os dados coletados nos ônibus, nos terminais e nas garagens;

- Passo 2: cálculo do repasse a ser efetuado à concessionária pelo transporte efetuado no dia D, o que equivale ao número de passageiros pagantes multiplicado pelo valor da tarifa técnica em vigor e com subtração do montante arrecadado em espécie no mesmo dia D;

- Passo 3: repasse do saldo apurado no passo 2 à Autora no dia D+1, exceção feita aos sábados, domingos e feriados, cujos repasses ocorrerão "no primeiro dia útil subsequente".

Tal procedimento legal foi expressamente incorporado ao contrato de concessão celebrado entre o Distrito Federal e a Autora, conforme disposto na cláusula XV.2.2 acima transcrita, na qual há referência ao Decreto Distrital nº33.559/2012. Mais do que isso, o procedimento legal acima descrito foi também incorporado ao Edital de Concorrência nº 01/2011- ST-Reabertura, que ao tratar dos repasses a serem efetuados à licitante que vencesse o certame fazia expressa menção à forma e à periodicidade "definidas no Decreto Distrital 33.559", conforme se lê de seu item 5.3.2.

Assim, ao participar da licitação a Autora considerou que os repasses seriam efetuados "na forma e na periodicidade definidas no Decreto Distrital 33.559", informação essencial para a sua decisão de participar do certame.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

8

000010

sendo certo que era possível já antever que mais da metade da receita da concessão adviria dos repasses efetuados pelo DFTRANS, como de fato vem ocorrendo desde o início da concessão.

Não obstante a clareza do Edital de Licitação, do contrato de concessão e do próprio Decreto Distrital nº 33.559/2012, os repasses efetuados à Autora pelo DFTRANS não têm sido efetuados diariamente, mas sim com enorme e injustificado atraso, o que tem causado severas dificuldades financeiras à concessionária, com impacto direto na qualidade do serviço prestado à população do Distrito Federal, do qual é exemplo a paralisação ocorrida na semana passada, dia 22/10/14. Vejamos.

III – Do Reiterado Inadimplemento

Desde o início da concessão os Réus têm ignorado por completo a obrigação de efetuar diariamente os repasses devidos à Autora, fazendo tabula rasa das normas contratuais e regulamentares acima referidas. E o atraso não é pequeno: não raramente o repasse, que deveria ocorrer em D+1, é efetuado mais de 30 dias, senão meses depois da data em que o transporte foi realizado.

O atraso ocorre em primeiro lugar na consolidação dos dados e no cálculo do repasse – passos 1 e 2 indicados logo acima – atividades que o DFTRANS deveria realizar no dia seguinte ao do transporte dos passageiros, com base nas informações coletadas pelo Sistema de Bilhetagem Automática.

A planilha de resgate de créditos, documento que o DFTRANS emite após consolidar os dados e calcular o valor do repasse, é como regra emitida vários dias depois da data em que o transporte dos passageiros ocorreu, mas é na etapa seguinte que os atrasos se tornam mais graves. Com efeito, uma vez concluída a planilha de resgate de créditos pelo DFTRANS, é ela enviada à Autora, que de imediato emite a correspondente nota fiscal e a remete novamente ao DFTRANS, por meio eletrônico, para que seja efetuado o seu pagamento – passo 3 do esquema acima ilustrado.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

9

000012

O pagamento, como visto, deveria ocorrer em D+1. Isso significa que o valor devido à Autora deveria ser "*repassado diariamente, considerando a remuneração calculada para o dia imediatamente anterior*", na letra do inciso IV do art. 4º do Decreto Distrital nº 33.559/2012. Por incrível que seja, os repasses ocorrem com semanas e, por vezes, meses de atraso, privando a Autora dos recursos financeiros necessários para a operação do serviço que lhe foi concedido.

Como se vê, até o dia 26 de Outubro, os repasses atrasados apenas das operações diárias somam R\$ 16.120.711,57, nos termos da planilha em anexo (*doc. 03*). O próprio DFTRANS reconhece a dívida, tendo certificado no dia 20.10.14 que a dívida do exercício de 2014, referente à Operação "Branca" do BRT, PNI/PIE e Diárias, seria de aproximadamente R\$ 12.300.000,00 (doze milhões e trezentos mil reais), vide certidão em anexo (*doc. 04*), o que por si só já justifica o ajuizamento da presente ação.

Percebe-se, assim, que em média os pagamentos estão sendo efetivados com MESES DE ATRASO, quando deveriam ter sido feitos no dia seguinte (D + 1).

E ressalte-se: todas as notas fiscais acima arroladas foram emitidas com autorização do DFTRANS, com amparo nas planilhas de resgate de crédito elaboradas pela própria autarquia.

Tendo em vista a situação acima exposta, bem assim que os repasses do DFTRANS compõem 56,2% da arrecadação da Autora, é fácil perceber o impacto que os atrasos vêm causando à saúde financeira da concessionária e, de consequência, à adequada prestação do serviço de transporte coletivo. Prova maior disto constitui as últimas greves deflagradas pela categoria dos Rodoviários, que, nos últimos meses, vêm recebendo suas remunerações com atrasos, tudo em razão da falta dos repasses dos Réus.

No último dia 20/10/14, mais uma vez a Autora se viu compelida a atrasar o pagamento da sua folha salarial, haja vista que os Réus deixaram de honrar com seus compromissos, quais sejam, os dos pagamentos diários acordados, nos termos do Contrato assinado entre as Partes, fato este que resultou em mais uma **PARALISAÇÃO (GREVE)**, ocorrida na semana



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

10

000012

passada, dia 22.10.14, conforme comprova a notícia do Jornal de Brasília (doc. 4.1), *litteris*:

“ RODOVIÁRIOS CRUZAM OS BRAÇOS PARA COBRAR SALÁRIO”. (...)

O diretor-geral do DFTrans, Jair Tedeschi, explicou que o governo deve ainda R\$ 12.000.000,00 (doze milhões) para a Viação Pioneira. Para saldar a dívida, a empresa teve de pegar empréstimo com o Banco de Brasília (BRB). “Não tem orçamento. Estou me reunindo com a equipe do departamento da economia para ver o que podemos fazer”, afirmou.”
(...)

TRANSTORNOS:

“Os problemas referentes ao pagamento do adiantamento salarial não são novidade para rodoviários das empresas Marechal e Pioneira. No dia 22 de setembro, aproximadamente mil ônibus ficaram parados e mais de dez linhas foram afetadas pela paralisação que durou quatro horas”.

“Já no dia 6 de setembro, funcionários da Viação Pioneira iniciaram uma paralisação para cobrar o pagamento do auxílio refeição e dos salários do mês de agosto, que deveriam ter sido depositados no dia 5....”

SAIBA MAIS

No fim de julho, durante a Copa do Mundo, rodoviários da Pioneira cruzaram os braços para cobrar o pagamento de reajuste salarial de 20%, que havia sido acordado entre os empresários e o GDF no início de junho....”.

Apenas para honrar suas folhas de pagamento e compromissos mais prementes, a Rê se viu obrigada a tomar empréstimos bancários recentes, mais especificamente nos dias 30/05/14 e 29/09/14 (docs. 05 e 06), financiamentos estes que se situam na ordem de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), o que demonstra que sua situação financeira está se tornando insustentável.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermão Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

11
000012

IV – DA COBRANÇA DIÁRIA E Do Reconhecimento pelo DFTRANS Do Seu Inadimplemento

Cumprе destacar que a Autora vem efetuando a cobrança dos valores em atraso praticamente todos os dias, vide correspondências em anexo (*doc. 07*), dirigidas tanto ao Diretor Geral do DFTRANS, quanto ao próprio Secretário de Transportes do GDP, mas, infelizmente, as referidas correspondências, na sua quase que totalidade, não são sequer respondidas, ou seja, os Réus quedam-se inertes, como se não houvesse maiores consequências dos seus inadimplementos.

Entretanto, quando analisamos um único Ofício que foi respondido, Ofício nr. 1.473/2014 – GAB/DFTRANS (*doc. 08*), datado de 02.10.14, resta cristalino o RECONHECIMENTO do atraso injustificado dos Réus em proceder aos pagamentos diários contratados.

O referido ofício foi assinado pelo próprio Diretor Geral do DFTRANS, Sr. Jair Tedeschi, trazendo em anexo Detalhamentos de Créditos devidos à VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, bem como Memorando Interno do Setor Financeiro do Sistema de Bilhetagem Automática, pelos quais restam cabalmente demonstrados os injustificados atrasos dos pagamentos devidos à Autora.

Pelo referido ofício, que realmente nos causa espanto e indignação, o Setor Financeiro do DFTRANS destaca que **NÃO É RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO ÀS OPERADORAS**, mas tão somente pela “*confeção de planilhas para posterior pagamento*”. Destaca ainda que “*após a elaboração das planilhas, as mesmas são encaminhadas à Diretoria Administrativo-Financeira-DAF, a qual compete dar sequência ao processo de pagamento*”, o que vale dizer que reconhece atrasos de pagamento de mais de 9 meses, como por exemplo o PNE da Bacia 02 – cujas notas fiscais dos períodos de 01/01/2014 a 06/01/2014, que foram planilhadas no dia 24/01/14, ainda não tinham sido pagas no final de Agosto. Ainda a título exemplificativo, as notas do período de 22/05/2014 a 06/06/2014 só foram planilhadas em 21/08/2014, o que vale dizer que foram enviadas para pagamento com 3 meses de atraso e,



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

12

000014

mesmo assim, o pagamento sequer foi feito até a presente data. Como então poderá a Autora sobreviver com os constantes atrasos da Ré, que teimam em descumprir paulatinamente o Contrato de Concessão??? Aí é que está o busílis!!!

Pior ainda, nos referidos documentos, o DFTRANS chega a confessar as consequências do seu inadimplemento ao descrever a situação atual e o resultado esperado. Senão, vejamos:

"Justificativa

- ***Descrição da Situação Atual: Indisponibilidade de crédito orçamentário para atender a despesas do exercício financeiro de 2014.***
- ***Consequência do Não Atendimento: O não atendimento fere ao princípio da vedação ao enriquecimento ilícito ou sem causa pela Administração Pública.(...)***
- ***Reflexo Esperado: Regularidade dos repasses aos operadores do STPC/DF."***

Ademais, o próprio DFTRANS, por meio de seu Diretor Geral, conforme exposto alhures, emitiu CERTIDÃO em 20 de Outubro deste ano (*doc. 04*), reconhecendo o atraso dos pagamentos, nos seguintes termos:

" Certifico, a requerimento do interessado, que após consulta à Diretoria Administrativo-Financeira e Diretoria Técnica desta Autarquia, verificamos que nesta data, é devido à empresa requerente o valor aproximado de R\$ 12.300.000,00 (doze milhões e trezentos mil reais) referentes à "Operação Branca" do BRT, PNE/PLE e Diárias, todos referentes ao exercício de 2014. Certifico, ainda, que o pagamento do valor anteriormente citado será realizado tão logo seja disponibilizado o orçamento e o financeiro necessários".

Desta forma, a prevalecer a situação como está, a Autora terá que interromper suas atividades, pois já não tem mais como prosseguir com a prestação dos serviços sem o recebimento concomitante. Apenas exemplificando, a folha de pagamento que estava prevista para o dia 20 deste mês foi atrasada mais uma vez; a autora já não tem mais como obter financiamentos bancários, considerando que já tomou diversos empréstimos para arcar com a inadimplência do GDP; já falta caixa à Autora até mesmo para comprar diesel; o 13º. Aproxima-se e a empresa não terá como honrar



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

13

000015

com este pagamento a prevalecer a inadimplência do GDF; inúmeras greves e paralisações estão previstas pelo Sindicato dos Rodoviários em face dos atrasos de pagamento; tudo isto entre outros inúmeros problemas financeiros, razão pela qual não resta outra alternativa senão a de recorrer ao Judiciário.

V. DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA ORA REQUERIDA E DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA JÁ CONCEDIDA PELO TJDF A OUTRA EMPRESA INTEGRANTE DO SISTEMA.

A única forma da justa aplicação do Direito é a tempestiva aplicação. Assim é que o legislador, ao tratar da aplicação do Direito pelo Poder Judiciário estabeleceu um sem número de dispositivos que protegem a incolumidade do direito, outorgando aos magistrados o poder geral de cautela.

A legislação processual prestigia o direito ao prever medidas urgentes para sua salvaguarda e estabelece as hipóteses em que têm ensejo. No caso, estão presentes os requisitos estatuídos no art. 273, do Código de Processo Civil, bem como os requisitos para a tutela específica do art. 461, §3º. *Verbis:*

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

(...)

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

(...)

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

14

000016

prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

É imperiosa a antecipação da tutela ou a concessão da tutela liminar para que se proceda à determinação de adoção imediata dos parâmetros incontroversos.

Com efeito, os atrasos injustificados já estão devidamente **RECONHECIDOS** nos autos, restando incontroversos, o que contraria a legislação aplicável à espécie, bem como o Contrato firmado entre as partes, conforme disposto nos itens III e IV acima.

O requisito da "prova inequívoca", estatuído no art. 273 do Código de Processo Civil Brasileiro está satisfeito, porquanto se procedeu à juntada aos autos das Certidões e Ofícios do DFTRANS, que descrevem os inúmeros e constantes atrasos de pagamento, não existindo, pois, qualquer controvérsia sobre esta questão.

A verossimilhança das alegações e a relevância dos fundamentos da demanda residem justamente na constatação de que os pagamentos devem obedecer ao disposto no Contrato nº 01/2012, bem como no Decreto nr. 33.559 de 1º de março de 2012, que dispõe sobre a metodologia de consolidação de receitas e pagamento de remuneração dos serviços básicos rodoviários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF e dá outras providências, mais especificamente no seu art. 4º.

Por sua vez, também está presente no caso o requisito da existência de dano irreparável, porquanto, com a permanência dos constantes atrasos a Autora não terá como arcar com o pagamento das suas obrigações mais básicas, como por exemplo a sua folha de pagamento, compra de óleo diesel e outras, o que certamente resultará na paralisação das suas atividades.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

15

000017

Com efeito, ao celebrar o Contrato de Concessão nº01/2012 a Autora fez investimentos altíssimos em frota, tecnologia, imóveis, etc., assumindo compromissos junto a instituições financeiras, como é de praxe em qualquer projeto do porte do ora tratado.

Tais investimentos inclusive suplantaram aqueles originalmente previstos no contrato, porquanto, conforme já indicado nos autos, o Governo do Distrito Federal – GDF impôs obrigação de aquisição de frota extra de veículos para atendimento, por exemplo, do BRT, assim como impôs também obrigação de que se adquirissem veículos com características diferenciadas (e, portanto, mais caros) para tal operação.

Ou seja, se somarmos hoje os pagamentos atrasados do GDF, notamos que eles superam os **R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais)**, isto sem falar no reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, que ainda está em análise na Secretaria de Transportes. A perdurar tal situação, a Autora certamente poderá ser obrigada a interromper suas atividades.

A não adoção de medidas imediatas, ao menos para que CESSEM os atrasos de pagamento das remunerações dos serviços básicos prestados diariamente, implicará no encerramento das atividades da Autora e, por consequência, em prejuízo à população do Distrito Federal que se utiliza dos serviços por ela disponibilizados.

Por fim, vale destacar no caso que não há qualquer risco de irreversibilidade da medida ora perseguida, visto que, conforme reiteradamente destacado, o que se requer antecipadamente no presente feito não é nada mais do que a determinação contratual e legal para que se proceda ao pagamento dos serviços prestados pela Autora, já reconhecidos pelas Rés, que inclusive emitiram Certidões específicas.

Ademais, há que se destacar que o TJDF, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer ajuizada pela AUTO VIACÃO



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

16

000015

MARECHAL LTDA, empresa esta também integrante do Sistema de Transporte Coletivo do DF, cujos pagamentos também se encontram atrasados, já concedeu medida de antecipação de tutela (*doc. 09*) no sentido de compelir os Réus a não atrasar com os pagamentos diários acordados, cabendo aqui a transcrição de parte da r. decisão:

Órgão : 3ª TURMA CÍVEL Classe : AGRADO DE INSTRUMENTO
Processo Número : 2014 00 2 026321-9 Agravante(s) : AUTO VIAÇÃO
MARECHAL LTDA Agravado(s) : DISTRITO FEDERAL Relator:
Desembargador ALFEU MACHADO
DECISÃO:

Vistos etc

Cuida-se de agravo de instrumento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela em sede recursal, interposto por AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, em face da decisão de fls. 39/40 (cópia), do Juízo da Quarta Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal na ação cominatória (de obrigação de fazer) N° 2014.01.1.147341-4, proposta pelo ora recorrente em desfavor do DISTRITO FEDERAL e DITRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, autarquia distrital, noticiando inadimplência contratual dos ora agravados, réus na origem, quanto ao efetivo cumprimento de obrigação prevista na cláusula XV.2.2 do contrato de concessão N° 008/2013-ST/DF, de modo a ser efetuado o repasse pactuado em seu favor, diariamente, nos termos contratados (...). Nesses termos, em sede de cognição sumária, porquanto evidenciados os requisitos autorizadores hábeis à medida buscada, em obediência ao disposto nos artigos 527, III e 273 e 461 §§ 3º a 5º, todos do CPC, encontrando-se a agravante em risco de colapso financeiro se não cumpridas as normas legais e regimentais já examinadas, **DEFIRO o pedido de antecipação da tutela em sede recursal pleiteado para DETERMINAR o efetivo cumprimento da obrigação de fazer prevista na cláusula XV.2.2, do contrato de concessão N° 008/2013-ST/DF e art. 4º do Decreto Distrital N° 33.559/2012, efetuando os agravados o repasse devido e pactuado com a agravante, diariamente, considerando a remuneração calculada para o dia imediatamente anterior, sob pena de multa diária por descumprimento no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), limitada a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), além de responsabilização cível e criminal, especialmente ação de improbidade dos representantes legais dos agravados - decisão para urgente e fiel cumprimento.**

Dou a esta decisão força de mandado, que vai assinada em 3 (três) vias, o que dispensa a expedição do respectivo mandado, para que se cumpra com a urgência que o caso impõe inclusive em plantão. Ressalto que o ônus de provar o pagamento é do devedor, no caso os agravados. Havendo efetiva demonstração do pagamento, imperativa a incidência do art. 461 §§ 3º e 6º e art. 273 § 4º, inclusive de ofício. Requerem-se informações ao Ilustre Prolator para os fins do art. 526, do CPC.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria

Márcio Américo Martins da Silva

Hermano Camargo Jr

Wanderley Gregoriano de Castro Filho

17

000010

outras que entender necessárias ao esclarecimento do recurso. Intimem-se os agravados para, querendo, apresentarem contrarrazões. Após, à Douta Procuradoria de Justiça que oficia perante a essa prestigiada Turma Cível juze ao interesse público evidenciado (art. 82, III, do CPC). Brasília, 16 de outubro de 2014.

Desembargador ALFEU MACHADO

Relator

VI. PEDIDO

Por todo o exposto, requer seja deferida liminar inaudita altera pars para determinar aos Réus que cumpram de forma imediata a obrigação de fazer prevista na Cláusula XV.2.2 do Contrato de Concessão nr. 01/12-ST/DF e no art. 4º. do Decreto Distrital nr. 33.559/2012 (**doc. 10**), de forma que passem a efetuar diariamente o repasse dos valores devidos à Autora, "*considerando a remuneração calculada para o dia imediatamente anterior*", sob pena de multa diária de R\$ 300.000,00 (duzentos mil reais), que incidirá em caso de resistência ou desobediência no que concerne ao atendimento da determinação judicial.

Requer ainda que, ao final, seja julgada procedente a presente ação para condenar o réu em obrigação de fazer consistente no cumprimento da Cláusula XV 2.2 do Contrato de Concessão nr. 01/12-ST/DF e no art.4º. do Decreto Distrital nr. 33.559/2012, de forma que os réus passem a efetuar diariamente o repasse dos valores devidos à Autora, "*considerando a remuneração calculada para o dia imediatamente anterior*", sob pena de multa diária de R\$ 300.000,00 (duzentos mil reais), que incidirá em caso de resistência ou desobediência no que toca ao atendimento da determinação judicial.

Pugna, pela citação dos Réus no endereço indicado, para, querendo, contestar a presente ação e protesta-se, desde já, pela produção de todas as provas admitidas em direito para provar o quanto alegado.



MI ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

18

000021

Ao final, requer a condenação do réu à devolução das custas e pagamento de honorários advocatícios.

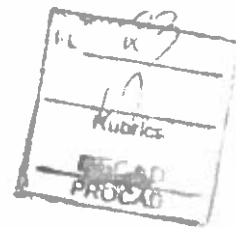
Atribui-se à causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 28 de Outubro de 2014.

WANDERLEY G. DE CASTRO FILHO
OAB/DF 8.018

HERMANO CAMARGO JR.
OAB/DF 7.690

Circunscrição : 1 - BRASILIA**Processo : 2014.01.1.168984-8****Vara : 112 - SEGUNDA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL****Autor: Viação Pioneira Ltda.****Réu: Distrito Federal e DFTRANS Transporte Urbano do Distrito Federal****Autos nº 168984-8/2014**

Decisão

Vistos etc...

Cuida-se de ação submetida ao rito ordinário ajuizada pela Viação Pioneira Ltda em face do Distrito Federal e do DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal.

pretende o autor obter, em caráter liminar, a concessão de provimento judicial para determinar que seja cumprido, em sua integralidade, o disposto na cláusula XV.2 e XV.2.1 do Contrato de Concessão firmado com o Poder Público e no art. 4º do Decreto Distrital nº 33.559/2012, consistente no repasse do subsídio e do pagamento da tarifa de usuários por intermédio da comercialização de créditos eletrônicos do sistema de bilhetagem do sistema de transporte público do Distrito Federal.

Argumenta que a despeito do disposto no contrato firmado, bem como na legislação de regência, a Administração Pública local, mais especificamente o DFTRANS, não tem feito o repasse dos valores econômicos respectivos, consentâneos com a devida apuração do sistema.

Em sua manifestação de fls. 321-326, o DFTRANS afirma que o crédito devido pelo autor diverge daquele apontado na inicial e que tramitam procedimentos administrativos que objetivam o pagamento das importâncias devidas. Por fim, aduz que o deferimento da medida terminará por exaurir os recursos orçamentários do Distrito Federal, no que pertine a essa despesa, direcionando-os a somente uma das empresas que operam no sistema de transporte público do Distrito Federal.

É a exposição.

ecido.

Para que seja concedida a antecipação dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial mostra-se necessária a presença de dois requisitos, quais sejam 1) o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, em razão do periculum in mora, bem como 2) a verossimilhança da alegação diante da existência de prova inequívoca, nos termos do art. 273, inc. I, do CPC.

O autor pretende obter tutela de urgência com o objetivo de receber valores atrasados referentes aos serviços de transporte público de passageiros prestados no âmbito do Distrito Federal.

Em que pese a clara determinação contratual no sentido de que o pagamento dos valores arrecadados no transporte público distrital devem ser repassados diariamente às empresas que operam no sistema, observados os critérios estabelecidos no negócio jurídico celebrado entre as partes, bem como na legislação pertinente à espécie, existe clara vedação legal para a concessão da tutela de urgência exorada.

A Lei 8.437/1992 assim estabeleceu, in verbis:

Art. 1º Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

§ 1º Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar,

quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública.

§ 3º Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.

§ 4º Nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será imediatamente intimado. § 5º Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.

(Ressalvam-se os grifos)

Nesse mesmo sentido, a Lei nº 12.016/2009 (LMS) trouxe, em seu texto, algumas vedações à concessão da tutela antecipada. Em seu art. 7º, §§ 2º e 5º, a referida norma impede a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Sob esse mesmo prisma, o art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/1992 assevera que descabe o deferimento de medida liminar que venha a esgotar, no todo ou em parte, o objeto da ação. Na espécie, o deferimento do requerimento em questão esgotaria na totalidade o escopo principal do processo.

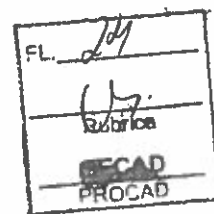
Vendo em vista que o caso em tela ajusta-se à vedação legal mencionada, indefiro a antecipação de tutela pleiteada.

Cite-se.

Intime-se.

Brasília-DF, 10 de novembro de 2014.

Alvaro Luis de A. S. Ciarlini
Juiz de Direito



*



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

l.30/12

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

TJDFT - Circunscrição Judiciária de **BRASÍLIA**

Comprovante de recebimento de Petição

Número do Protocolo: **2015.01.002459788** Data e Hora: 04/02/2015 16:55

Tipo de Peticionante: Réu

Recebido em: Posto de Apoio Judiciário da Condição do Fórum do Meio Ambiente - PAJ

Processo: **2008.01.1.168984-4 (Res. 65 - CNJ: 0168984-94.2008.8.07.0001)**



Processo nº: **2014.01.1.168984-4**

Autor: **VIAÇÃO PIONEIRA LTDA.**

Réu: **DISTRITO FEDERAL**

O **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, por seu Procurador, no exercício regular das atribuições do cargo, regularmente constituído por força de lei, com o devido respeito e acatamento, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer em epígrafe identificada, vem apresentar a presente

CONTESTAÇÃO,

em face da pretensão deduzida em juízo pela parte autora, com fundamento no art. 300 e seguintes do CPC, fazendo-o com esteio nos seguintes fundamentos de fato e de direito.

25

I - DA SÍNTESE DA DEMANDA

Da leitura da peça de ingresso, pode-se extrair que a causa de pedir e o pedido da ação proposta pela Viação Pioneira Ltda. em desfavor do Distrito Federal e do DFTRANS são os seguintes:

A empresa autora afirma ter celebrado com o Distrito Federal contrato de concessão para prestação de serviço público de transporte urbano, figurando, aquela, na condição de concessionário e este na de Poder Concedente.

Afirma também que o DFTRANS intervém na citada relação jurídica na condição de gestora do sistema de transporte coletivo urbano do Distrito Federal, com a atribuição de *"repassar às concessionárias o montante correspondente à remuneração ajustada nos contratos de concessão"*.

Narra que parte das obrigações contratuais não vem sendo cumprida nem pelo Distrito Federal nem pelo DFTRANS.

Sob a sua ótica, houve o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, pois o Distrito Federal impôs obrigações não previstas em contrato, bem como ocorreram alterações nas condições fáticas da seguinte ordem:

"(i) A não realização da demanda de passageiros estimada no edital da Concorrência nº 01/2011 - ST (cerca de 35% a menos da demanda contratada e garantida no Edital);

(ii) Aumento do Percurso Médio Mensal - PMM em aproximadamente 35% da quilometragem contratada no Edital;

(iii) Aumento do preço do diesel e pessoal, entre outros insumos, sem o consequente aumento da tarifa;

(iv) Alterações na composição da frota, que resultou na compra de ônibus mais equipados ²⁶ *e,*

consequentemente, de valores bem mais elevados do que os previstos no Edital;"

Ainda segundo ela, as rés não têm cumprido com a obrigação de proceder ao repasse diário dos valores relativos aos passageiros efetivamente transportados, fato este que, ainda segundo a autora, se perdurar, certamente levará à Autora à quebra.

Conta, for fim que, à época do ajuizamento da ação, a inadimplência em relação aos repasses soma mais de dezesseis milhões de reais.

Formulou pedido de antecipação de tutela no sentido de obrigar o Distrito Federal a proceder ao repasse financeiro acordado em contrato, pleito este que foi indeferido por este Eminentíssimo Juízo, após manifestação preliminar apresentada pelo ente público réu.

Ao final, pediu que o Distrito Federal fosse condenado à obrigação de fazer consistente em proceder aos repasses diários em seu favor.

Em breve síntese, este é o resumo do que de relevante consta dos autos. Conforme se demonstrará a seguir, a pretensão autoral não merece prosperar, uma vez que totalmente contrária à legislação de regência e à própria Lei Orgânica do Distrito Federal. Vejamos:

II - DA TEMPESTIVIDADE

O Distrito Federal foi citado em 30 de outubro de 2014, mas o respetivo mandado de citação somente foi juntado aos autos em 18 de novembro de 2014, terça-feira.

Computando-se o prazo em dobro de que dispõe a Fazenda Pública ré, nos termos do artigo 188 do CPC, bem como levando-se em consideração a suspensão dos prazos processuais no recesso forense de final de ano (20 de dezembro a 6 de janeiro), percebe-se que o termo *ad quem* para oferecimento da presente resposta é o dia 4 de fevereiro de 2015.

27

Assim, protocolizado nesta, não remanesce a menor dúvida acerca da tempestiva da presente contestação.

III - DO MÉRITO

III.1 - Das considerações introdutórias.

Em resumo, a pretensão da parte autora encontra-se calcada no suposto descumprimento, pelo DFTRANS e pelo Distrito Federal, do contrato de concessão de serviço de transporte público, sobretudo na suposta inadimplência quanto aos repasses financeiros em tese assumidos contratualmente.

Com o intuito de primar pelo didatismo e pela objetividade da presente peça, a resistência à lide pelo Distrito Federal será elaborada com base na seguinte sistemática:

- i) Em princípio serão fixados os termos técnicos que envolvem a relação jurídica deduzida em juízo;
- ii) Ato contínuo, serão expostas as razões pelas quais os repasses não podem ser feitos nos moldes vindicados pela parte autora;
- iii) Por fim, buscar-se-á fazer a distinção entre a obrigação de fazer da obrigação de pagar quantia, prestações em relações às quais a parte autora pode tentar induzir em erro este Eminent Juízo.

Feita esta rápida introdução, passemos, então, aos argumentos de defesa.

III.2 - Da necessária explicitação do conteúdo técnico que envolve a relação jurídica deduzida em juízo.

O exame da pretensão autoral passa necessariamente

28

pela investigação de termos técnicos que se relacionam diretamente com o contrato de prestação de serviço ora objeto de questionamento em juízo. A grande maioria desses termos possui os respectivos conceitos plasmados no referido contrato de concessão¹ (minuta em anexo), a saber:

- **Tarifa usuário:** "valor ou valores diferenciados de tarifa decretados pelo Governador do Distrito Federal para utilização dos Serviços Básicos Rodoviários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, os quais, relacionados ao número total de usuários pagantes de cada perfil tarifário e acrescidos do repasse de **SUBSÍDIO** e de outras eventuais fontes de receitas acessórias, devem propiciar a arrecadação de receita que assegure a remuneração das concessionárias pelas suas respectivas tarifas técnicas, para cada **PASSAGEIRO PAGANTE TRANSPORTADO**";

- **Tarifa técnica:** "valor, por **PASSAGEIRO PAGANTE TRANSPORTADO**, constante da proposta financeira da **CONCESSIONÁRIA**, e que servirá de parâmetro para a remuneração da concessão e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, observadas as condições de reajuste e revisão, definidas no presente instrumento"

- **Conta de compensação:** "conta de consolidação de receitas e de pagamentos de remuneração de operadores de serviços básicos rodoviários, gerenciada e administrada pelo **CONCEDENTE**, destinada à consolidação e compensação de todas as receitas provenientes da arrecadação da **TARIFA USUÁRIO**, do repasse de **SUBSÍDIO** relativo ao custeio das gratuidades legais e de outras fontes de receitas acessórias, que realizará o pagamento da **REMUNERAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS**";

¹ Nos termos da cláusula I do contrato de concessão.

- **Remuneração da concessionária:** “montante que será auferido pela concessionária, por meio da arrecadação da **TARIFA USUÁRIO** em espécie, nos ônibus e, quando houver, terminais e estações de transbordo do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal-STPC-DF, e dos repasses recebidos do Poder Concedente, junto à Conta de Compensação, provenientes da comercialização de créditos eletrônicos de transporte, das fontes de subsídio para custeio de gratuidades e de outras eventuais receitas acessórias, montante esse que corresponderá ao valor de sua **TARIFA TÉCNICA** vencedora da licitação, atualizada de acordo com as hipóteses de revisão e reajuste previstas no **CONTRATO DE CONCESSÃO**, multiplicada pelo número de **PASSAGEIROS PAGANTES TRANSPORTADOS** pela mesma concessionária, registrados no Sistema de Bilhetagem Automática”;

- **Subsídio:** “valores repassados pelo Governo do Distrito Federal à **CONTA DE COMPENSAÇÃO**, destinados ao custeio das gratuidades legais”.

Mais duas definições são importantes, embora não constem expressamente do respectivo contrato:

- **PNE:** portador de necessidades especiais, os quais, nos termos da Lei Distrital n.º 4.582/11, possuem a sua tarifa subsidiada pelo Distrito Federal;

- **PLE:** passe livre estudantil, que é espécie de tarifa subsidiada pelo Distrito Federal, nos termos da Lei Distrital n.º 4.583/2011, em favor dos estudantes.

- **SBA (Sistema de Bilhetagem Automática):** sistema gerenciamento e controle da tarifa, da demanda e da oferta de bilhetes de passagens.

30

Pois bem. Apresentadas as definições dos institutos supra, passemos a demonstrar qual a utilidade do estabelecimento dessas premissas.

Como visto, a “tarifa usuário” é a importância financeira efetivamente paga pelo usuário do serviço de transporte público coletivo a cada momento em que se utiliza do serviço. Atualmente, estas tarifas encontram-se fixadas em quatro valores distintos: R\$ 1,50, R\$ 2,00, R\$ 2,50 e R\$ 3,00, assim definidos:

Tipo de Linha	Passagem Integral	Decreto nº
Metropolitana 1	R\$ 2,00	26.501/2005
Metropolitana 2	R\$ 3,00	26.501/2005
Metropolitana 3	R\$ 2,50	28.087/2007
Urbana 1	R\$ 1,50	26.501/2005
Urbana 2	R\$ 2,00	26.501/2005
Urbana 3	R\$ 1,50	30.012/2005

Isto é, na média, o usuário paga pelo serviço que lhe é prestado a importância de R\$ 2,25, que é o resultado da seguinte equação: $[R\$ 1,50 + R\$ 2,00 + R\$ 2,50 + R\$ 3,00] / 4$.

A seu turno, como também foi visto, a “tarifa técnica” é a importância devida à concessionária em relação a cada utilização, pelo usuário, do serviço de transporte coletivo. Atualmente, após os recentes reajustes tarifários, a tarifa técnica média praticada por todas as cinco concessionárias que operam no sistema é de, aproximadamente, R\$ 3,10. Isto é, **a cada utilização, pelo usuário, do serviço de transporte o Distrito Federal é obrigado a pagar ao concessionário a importância de R\$ 3,10**, independentemente do repasse relativo às gratuidades legais.

Expliquemos como se chegou a essa tarifa técnica:

Os novos contratos de concessão por bacias prevê o reajuste da tarifa técnica a cada ano (12 meses) com base em três indicadores econômicos (variação do reajuste dos rodoviários, variação do preço do óleo diesel, e variação do preço do veículo) e revisão tarifária a qualquer momento em que for

31

realizada alterações significativas que afete o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Assim, decorridos 2 anos de contratos os valores das tarifas das cinco concessionárias tiveram dois reajustes além de das revisões previstas. No primeiro reajuste em 2013 o aumento médio foi da ordem de 6% e no reajuste de 2014 o aumento médio da ordem de 12%, conforme pode ser observado no quadros abaixo:

Quadro nº 2 – Empresas vencedoras da Licitação por Áreas no DF e respectivas tarifas

Área/Lote	Empresa	Tarifa Técnica Edital	Tarifa Técnica Proposta
Lote 1	Piracicabana	R\$ 2,6584	R\$ 2,6555
Lote 2	Pioneira	R\$ 2,5902	R\$ 2,3661
Lote 3	HP/Ita	R\$ 2,8302	R\$ 2,8026
Lote 4	Marechal	R\$ 2,7192	R\$ 2,7192
Lote 5	São José	R\$ 2,7093	R\$ 2,7093

Quadro nº 3 – Tarifas Técnicas vigentes das Empresa vencedoras da Licitação por Áreas no DF

Área/Lote	Empresa	Tarifa Técnica Proposta	Tarifa Técnica com reajustes
Lote 1	Piracicabana	R\$ 2,6555	R\$ 3,1886
Lote 2	Pioneira	R\$ 2,3661	R\$ 2,8411
Lote 3	HP/Ita	R\$ 2,8026	R\$ 3,3653
Lote 4	Marechal	R\$ 2,7192	R\$ 3,2651
Lote 5	São José	R\$ 2,7093	R\$ 3,2532

Não é necessário ser profundo conhecedor da matemática para se chegar à conclusão segundo a qual, a cada utilização do sistema de transporte pelo passageiro pagante, o Distrito Federal é obrigado a arcar com a importância de R\$ 0,85 (= R\$ 3,10 – R\$ 2,25).

Com efeito, atualmente, o Distrito Federal é obrigado a subsidiar a tarifa para pelo usuário em R\$ 0,85 por cada utilização do sistema de transporte. É dizer, **boa parte da tarifa paga, atualmente, por cada usuário pagante é subsidiada pelos cofres públicos, embora não haja previsão contratual nesse sentido, autorização legal, previsão orçamentária e, ainda, em manifesta contrariedade à Lei Orgânica do Distrito Federal.** 32

Além dessa anomalia fático-jurídica, o Distrito Federal também é obrigado a arcar a cada utilização do sistema pelo usuário estudante e pelo usuário portador de necessidades especiais (PNE) com a integralidade da tarifa que deveria ter sido paga por eles. Este benefício decorre de expressa previsão legal, conforme se verifica das Leis nºs 4.582/11 (PNE) e 4.583/11 (PLE).

O “repasso diário” ora reclamado em juízo, segundo a empresa autora, é composto pelas referidas rubricas (diferença entre a tarifa técnica e a tarifa usuário e gratuidades legais – PNE e PLE). Todavia, ao contrário do que consta na inicial, há óbices legais que impedem o cumprimento da suposta obrigação contratual assumida pelo Distrito Federal. Vejamos:

III.3 – Da impossibilidade de se fazer os repasses nos moldes em que vindicados pela autora: conduta contrária à Lei Orgânica do Distrito Federal; ausência de previsão contratual, legal e previsão orçamentária.

Como dito, do exame da exordial, percebe-se que a pretensão da parte autora consiste na imposição, ao Distrito Federal e ao DFTRANS, da obrigação de proceder aos repasses diários que ela entende devidos. Ocorre que tal pretensão não merece prosperar.

Quanto ao repasse a ser supostamente feito diariamente, o contrato de concessão entabulado entre as partes assim dispõe:

- 2.2. Os valores oriundos do repasse do **SUBSÍDIO** e do pagamento de **TARIFA USUÁRIO** por meio da comercialização de créditos eletrônicos, bem como as eventuais receitas acessórias serão depositados na Conta de Compensação, sendo repassados diariamente à **CONCESSIONÁRIA**, na forma do Decreto Distrital 33.599, de 1º de março de 2012, em montante que, acrescido das receitas em espécie auferidas diretamente pela **CONCESSIONÁRIA**, totalize o valor de sua **TARIFA TÉCNICA**, multiplicado pelos passageiros pagantes transportados por ela no mesmo período.

33

Segundo esta disposição contratual, o "repassse diário" comporta apenas o "repassse do **subsídio**", o "pagamento de **tarifa usuário por meio da comercialização de créditos eletrônicos**" (SBA) e "eventuais **receitas acessórias**" (a exemplo da publicidade nos ônibus). Observe, Excelência, que o "repassse diário" é composto somente dessas três rubricas, com exclusão de qualquer outra.

Como já salientado anteriormente, em relação ao conceito de "subsídio" o contrato assim dispõe:

o) **SUBSÍDIO**: Valores repassados pelo Governo do Distrito Federal à **CONTA DE COMPENSAÇÃO**, destinados ao custeio das gratuidades legais;

Como se vê, a previsão contratual é clara: **o subsídio é o valor correspondente às gratuidades legais**, que, como dito, são os **PNE's** (usuários portadores de necessidades especiais) e os **PLE's** (usuários estudantes). A interpretação sistemática do contrato não deixa margem para outra conclusão, senão a que se refere que o repasse diário **oriundo dos cofres públicos inclui somente as gratuidades legais (subsídio, nos termos do contrato)**.

Em outras palavras, **não há amparo contratual para se fazer repasse financeiro relativo à diferença existente entre a tarifa técnica (R\$ 3,10) e a tarifa usuário (R\$ 2,25)**. Repita-se, nos termos do item 2.2 da Cláusula XV do contrato de concessão, são somente as parcelas relativas ao "subsídio", na exata acepção do instrumento, é que podem ser objeto de repasse diário, além da tarifa usuário e das receitas acessórias. Não há margem para discussão quanto ao ponto.

Isto quer dizer que a pretensão da empresa autora não goza de fundamento jurídico-contratual no que se refere ao repasse financeiro relativo à diferença entre a tarifa técnica e a tarifa usuário, tal como almeja a parte autora, por **absoluta falta de previsão contratual nesse sentido**.

Não obstante a ausência de previsão contratual nesse sentido, **não há também lei que autorize o repasse de tal verba para o particular**, assim como também não há previsão orçamentária nesse sentido.

34

Com efeito, não pode a empresa autora, *sponte própria*, almejar receber verba pública sem que haja a intervenção da Casa Legislativa com a edição de lei específica para esse fim. Isto é, há de ser considerado ilegal qualquer repasse de verba pública para a empresa autora enquanto não editado diploma normativo nesse sentido.

Além disso, tal repasse também não pode ser tolerado, pois tal pretensão está em descompasso com as regras orçamentárias previstas na Lei n.º 4.320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Segundo aqueles Diplomas Normativos, é vedada a criação de despesa sem a prévia autorização orçamentária. Ocorre que, no caso em apreço, além de inexistir previsão contratual e legal que autorize o repasse almejado, não há previsão orçamentária nesse sentido.

Aliás, o contrato, quando tratou de questões orçamentárias para pagamento, por meio de verba pública, o fez de forma expressa no que se refere às gratuidades legais, vejamos (Cláusula VIII, item 2):

2. O repasse do **SUBSÍDIO** para a **CONTA DE COMPENSAÇÃO** correrá por dotação orçamentária vinculada ao orçamento da **SECRETARIA** ou do ente por essa designado, nos termos das Leis Distritais 4.582/11 e 4.583/11.

Observe que, nessa hipótese, o contrato de concessão entabulado entre as partes foi expresso no sentido de, em relação ao subsídio (gratuidades legais), haverá dotação orçamentária específica, mas **nada versou sobre eventuais diferenças entre a tarifa técnica e a tarifa usuário**. Não há uma linha sequer no contrato que trate de eventual repasse financeiro relativo à diferença entre a tarifa técnica e a tarifa usuário.

Ademais, ainda que houvesse dúvida fundada sobre o tema, há se sempre prestigiar o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. No caso, tal supremacia estabelece a impossibilidade de se lesionar os cofres públicos por meio da pretensão deduzida em juízo.

Além disso, a própria Lei Orgânica do Distrito Federal, no inciso III do artigo 186, veda expressamente o subsídio, pela Administração Pública,

35

dos serviços prestados por pessoa física ou jurídica. Vejamos o teor do referido dispositivo:

Art. 186. Cabe ao Poder Público do Distrito Federal, na forma da lei, a prestação dos serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, e sempre por meio de licitação, observado o seguinte:

[...]

III – é vedado ao Poder Público subsidiar os serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas de direito privado;

A Lei Maior Distrital é clara: é proibido ao Distrito Federal subsidiar o serviço prestado pelo particular. No caso dos autos, é defeso o subsídio repassado às empresas concessionárias de serviços público de transporte. Quanto ao ponto não há dúvida, trata-se de expressa vedação legal.

No patamar hierárquico inferior à Lei Orgânica Distrital há ainda a Lei 4.011/2007 que, ao tratar especificamente dos serviços de transporte público coletivo distrital, veda expressamente a concessão de subsídios diretos a delegatários privados, nos termos do seu artigo 56, *in verbis*:

“Art. 56. É vedada ao Distrito Federal a concessão de subsídios diretos a delegatários privados.”

Excelência, não remanesce, assim, a menor dúvida que o pedido formulado pela parte autora não merece ser acolhido em decorrência de diversos óbices jurídicos, os quais podem ser assim resumidos:

- a) Não há previsão contratual para o repasse relativo à parcela da tarifa usuário que a autora almeja ser subsidiada pelo Distrito Federal (diferença entre a tarifa técnica e a tarifa usuário);
- b) O contrato de concessão prevê apenas o repasse de verba pública relativa às gratuidades legais (PNE e PLE);

36

- c) A Lei Orgânica do Distrito Federal torna expressamente defesa à Administração Pública subsidiar serviço público prestado por particular;
- d) A Lei n.º 4.011/2007, que trata do sistema de transporte coletivo, também veda expressamente tal repasse.

Em uma palavra, outra não pode ser a conduta deste Eminentíssimo Juízo, senão o julgamento pela improcedência do pedido, **já que a pretensão da parte autora é manifestamente ilegal.**

III.4 – Da necessária distinção entre obrigação de fazer e obrigação de pagar quantia.

Embora seja improvável o acolhimento do pedido da parte autora, em homenagem ao princípio da eventualidade, cumpre esclarecer que a obrigação de fazer não se confunde com a obrigação de pagar, como pode querer fazer parecer a parte autora. Explica-se:

Da forma em que foi exposto na inicial, é de se perceber que a parte autora tenta induzir este Eminentíssimo Juízo a erro, na medida em que deixa transparecer que a obrigação de fazer seria sinônimo de obrigação de pagar.

Obrigação de fazer e obrigação de pagar não se confundem, sobretudo quando se está diante de imposição de pagamento em desfavor da Fazenda Pública.

Com efeito, a parte autora provocou a tutela jurisdicional a fim de que os entes públicos réus efetuem o “repasse” supostamente a ela devido. Ao utilizar-se da expressão “repasse”, a empresa autora remete à obrigação de fazer e não à obrigação de pagar. Trata-se, na realidade, de tentativa de burla à ordem cronológica dos precatórios.

Isto mesmo, Excelência, a partir do momento em que a empresa autora afirma que a Administração Pública deve ser condenada, até

mesmo liminarmente, a proceder ao "repasso", trata-se, em verdade, de obrigação de pagar e não de fazer, como quer fazer crer a peça de ingresso.

Tal alerta é de suma importância, uma vez que a obrigação de pagar imposta à Administração Pública na via judicial possui contornos absolutamente distintos da obrigação de fazer, sobretudo no que se refere ao fato de que, a primeira, deve, necessariamente, obedecer ao regime de precatórios.

Expliquemos melhor:

É inegável a natureza jurídica de **verba pública** da importância objeto de liberação pela decisão ora impugnada. Afirma-se isso, pois o dinheiro a ser repassado às concessionárias, a título de subsídio, é formado pela contraprestação do distrital pelos serviços de transporte público realizados.

Isto é, a verba a ser paga pelo Distrito Federal/DFTRANS é dinheiro oriundo dos cofres públicos a serem utilizados a título de subsídios das tarifas pagas pela execução do serviço de transporte coletivo de passageiros. É dizer, é incontornável a natureza jurídica de verba pública o pagamento almejado pela parte autora.

Mesmo que assim não fosse, o artigo 100 da Constituição da República dispõe que "os pagamentos" devidos pela Fazenda Pública serão adimplidos exclusivamente por meio de precatórios, não fazendo qualquer distinção quanto à natureza jurídica da verba objeto de pagamento, *in verbis*:

"Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim."

Relativamente ao dispositivo em comento, o que interessa para o caso dos autos é que o Constituinte não fez qualquer distinção acerca da natureza jurídica da verba objeto de pagamento. Limitou-se a dispor

apenas “pagamentos devidos”, ou seja, **qualquer que seja a origem da verba, se tiver de ser feito o pagamento pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, ele somente poderá ser levado a cabo após o trânsito em julgado da sentença.**

Em outras palavras, a pretensão da parte autora consistente no “repasse” dos valores que ela entende que lhes são devidos não poderá ser feito, senão somente por meio de sentença judicial transitada em julgado, obedecida a ordem cronológica dos precatórios, tal como dispõe o artigo 100 da Constituição da República.

IV – DA CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, requer sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos formulados pela parte autora, uma vez que, como visto, trata-se de pretensão sem a mínima cobertura contratual e, muito além disso, de pleito manifestamente ilegal.

Caso Vossa Excelência não acolha o pedido retro, o que se admite somente para argumentar, requer seja, o Distrito Federal, exonerado de qualquer pagamento pretérito ou, caso assim não se entenda, que se observe a ordem cronológica de pagamento por meio de precatório.

Protesta provar o alegado por meio dos documentos que ora se junta aos autos.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 2 de fevereiro de 2015.


Edvaldo Costa Barreto Júnior

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190

FL 39
Rubrica
GECAD
PROCAD 15